

CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

## EDITAL DE LICITAÇÃO

# PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020

**OBJETO:** Contratação de Empresa para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's), para os profissionais da saúde, no combate à Pandemia do Corona Vírus (COVID-19), para o município de Santana do Manhuaçu/MG.

- \*APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES: 19/06/2020 ÁS 13h00min.
- \*ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO Nº: 018/2020 no dia 19/06/2020 ÁS 13h00min.
- LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: RUA: MAJOR CUSTÓDIO Nº 96-CENTRO- SANTANA DO MANHUAÇU. NA PREFEITURA MUNICIPAL, SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES À RUA: MAJOR CUSTÓDIO Nº 96-CENTRO- SANTANA DO MANHUAÇU.
- CONSULTAS AO EDITAL: NA INTERNET (E-MAIL) NO ENDEREÇO pm.sm2009@hotmail.com, NO SITE OFICIAL https://santanadomanhuacu.mg.gov.br/, QUADRO DE AVISOS OU NA SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, NA RUA MAJOR CUSTÓDIO, N.º 96, CENTRO EM SANTANA DO MANHUAÇU/MG.
- ESCLARECIMENTOS: ATRAVÉS DO TEL: (33) 3373-1149.



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

## EDITAL DE LICITAÇÃO

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 088/2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020.

### **PREÂMBULO**

A Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, com sede administrativa na Rua: Major Custódio nº 96 – Centro – Santana do Manhuaçu/MG, inscrita no CNPJ sob o nº 18.385.146/0001-68, torna público a abertura do **Processo Licitatório nº 088/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 018/2020**, do tipo menor preço por ITEM, regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar nº 123, de 14/12/06, Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

Os trabalhos serão conduzidos pelo servidor da Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu, Pregoeira Joseane Caroline de Abreu Souza e a Equipe de Apoio.

### I - OBJETO

Contratação de Empresa para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's), para os profissionais da saúde, no combate à Pandemia do Corona Vírus (COVID-19), para o município de Santana do Manhuaçu/MG.

## II - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 1 Poderão participar quaisquer licitantes que atendam às condições de habilitação estabelecidas no Título VI deste instrumento convocatório.
- 1- Não poderá participar da presente licitação empresa:
- 1.1 Suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração;
- 1.2 Com falência declarada, em liquidação judicial ou extra-judicial;
- 2 A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.
- 4 As normas disciplinadoras da licitação na modalidade pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

#### III - CREDENCIAMENTO

- 1 Os representantes dos licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos de: carteira de identidade ou documento legal equivalente, documento que o credencie a participar deste certame procuração por instrumento público ou particular, **com firma reconhecida em cartório**, através da qual lhe seja atribuído poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante e documento que comprove a representação legal do outorgante, além de declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 4°, inciso VII, da Lei Federal n° 10.520, de 17.07.2002, conforme modelo estabelecido no anexo IV.
- 2 O sócio, proprietário ou dirigente da empresa licitante deverá apresentar carteira de identidade ou documento legal equivalente, original ou cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, além de declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 4°, inciso VII, da Lei Federal n°. 10.520, de 17.07.2002, conforme modelo estabelecido no anexo IV.
- 3 O documento de credenciamento poderá obedecer ao modelo do Anexo II e, se não o fizer, deverá conter todos os dados informativos necessários ao credenciamento.
- 4 Caso o licitante encaminhe a Proposta Comercial e a Documentação para Habilitação via postagem, a mesma será aceita e será considerado que o licitante cumpre plenamente os requisitos mencionados no Anexo IV.
- 5 O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º. 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido no art. 43 da lei citada, deverá comprovar sua condição de ME ou EPP, por meio de Certidão Emitida pela Junta Comercial competente.
- 6 O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto ao Pregoeiro implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.
- 7 Somente o licitante que estiver devidamente credenciado poderá participar da fase de lances verbais, conforme item 03 do Título VII.



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

### A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MANHUAÇU/MG PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2020 PREGÃO Nº. 018/2020 "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" RAZÃO SOCIAL, ENDERECO E CNPJ.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MANHUAÇU/MG PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2020 PREGÃO Nº. 018/2020 "PROPOSTA COMERCIAL" RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E CNPJ.

#### V - PROPOSTA COMERCIAL

- 1 Proposta preenchida em formulário fornecido pela Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu, na forma do Anexo I, ou documento próprio da empresa com a indicação do respectivo nome e CNPJ, a qual contenha todos os dados do formulário fornecido pela Prefeitura, em via única, linguagem clara, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente assinadas por representante legal da empresa.
- 2 O licitante poderá apresentar proposta comercial referente apenas aos itens que forem de seu interesse.
- 3 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital.
- 4 O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto licitado, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.
- 5 Os preços devem ser expressos em moeda corrente do país, em numeral, sendo que o valor total de cada item deverá ser expresso com 2 (duas) casas decimais. Havendo divergência entre o preço unitário e preço total, considerar-se-á o preço unitário.
- 6 A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão, conforme art. 6°, da Lei Federal 10.520/2002.
- 7 Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.
- 8 Caso haja ausência de preenchimento por parte dos licitantes dos campos: prazo de validade da proposta e prazo de entrega, considerar-se-ão como aceitas pelo licitante as condições estabelecidas neste edital.



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

9 - Nos preços deverão estar incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.

## VI - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - O licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar a seguinte documentação em original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente ou pela Pregoeira, ou por servidor por ela indicado, ou publicação em órgão de imprensa oficial:

## 1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial (caso de empresa individual);
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e sua última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de deus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
  - e) Cópia da Identidade e CPF dos sócios.

#### 1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou documento expedido pelo Órgão Competente, que comprove a isenção;
- c) Prova de regularidade de débito para com a Secretaria da Receita Federal, fazendo prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal, quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria/MF 358 (05/09/14), alterada pela Portaria/MF 443 (17/10/14);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado:
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicilio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão pela Secretaria competente do Município;
- f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;
- g) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo site www.tst.jus.br.

### 1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; dispensando-se a apresentação para as Empresas enquadradas como ME ou EPP.

### 1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Alvará de Localização e Funcionamento;
- **1.5 DECLARAÇÃO:** Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII, do art. 7°, da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo III.
- 2 A apresentação do CRC Certificado de Registro Cadastral, emitido pela Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu, desde que esteja dentro do prazo de validade, substituirá os documentos relacionados nos itens 1.1 a 1.4 deste Título.
- 2.1 No caso de não constar no Certificado de Registro Cadastral CRC, a documentação relacionada nos itens 1.1 a 1.4, deste Título, o licitante deverá complementar, no envelope de habilitação, a documentação exigida em original ou em cópia autenticada, sob pena de inabilitação a não observância desta exigência;
- 2.2 A Pregoeira poderá efetuar consulta a pasta de cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu, para fins de aferição de dados omissos no Certificado Registro Cadastral CRC, e ainda ao *site* dos órgãos responsáveis pela emissão das certidões relacionadas nos itens acima, para confirmação e autenticidade das certidões emitidas.

### 3 - DEMAIS DECLARAÇÕES

- 3.1- Declaração que não possui no quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal de 1988 (dentro do envelope).
- 3.2-. Declaração de que cumpre os requisitos do edital (fora do envelope);
- 3.3-. Declaração de inexistência de fato superveniente (fora do envelope);
- 4 A Pregoeira poderá efetuar consulta a pasta de cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu, para fins de aferição de dados omissos no Certificado Registro Cadastral CRC, e ainda ao *site* dos órgãos responsáveis pela emissão das certidões relacionadas nos itens acima mencionados, para confirmação e autenticidade das certidões emitidas.
- 5 Os documentos exigidos neste instrumento convocatório deverão ser apresentados em original acompanhados das respectivas cópias legíveis para que se proceda à autenticação pelo pregoeiro do Município de Santana do Manhuaçu /MG ou por



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

funcionário por ele determinado ou ainda autenticado por cartório competente, com vigência plena até a data fixada para abertura do Pregão.

- 6 A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título **inabilitará** o licitante, sendo aplicado o disposto no subitem 4.3 do Título VII.
- 7 Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo os originais substituídos por cópias reprográficas autenticadas.
- 8 O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar n.º. 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido no art. 43 da lei citada, deverá comprovar sua condição de ME ou EPP, por meio de Certidão Emitida pela Junta Comercial competente.
- 9 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 10- Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 11 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 12 Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de abertura dos envelopes.

#### VII – PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

- 1 Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, e no horário determinado o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitarão novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.
- 2 Classificação das Propostas Comerciais
- 2.1 Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando-se o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

Edital e em seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

- 2.2 O Pregoeiro classificará a proposta de menor preço Item e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para que seus autores devidamente credenciados participem dos lances verbais.
- 2.3 Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subseqüentes, até que se alcance o numero máximo de 3 (três) proposta, para que seus autores credenciados participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

#### 3 - Lances Verbais

- 3.1 Aos licitantes classificados e devidamente credenciados, para participação na etapa de lances, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço aos demais e em ordem decrescente de valor.
- 3.2 Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio, para definir a ordem de apresentação dos lances.
- 3.3 Apenas serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance registrado pelo Pregoeiro.
- 3.4 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

#### 4 - Julgamento

- 4.1 O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM.**
- 4.2 Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital, decidindo motivadamente a respeito.
- 4.2.1 Caso não se realize lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 4.2.2 Em havendo apenas uma oferta e desde que esta atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.
- 4.3 Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do licitante, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual tenha apresentado proposta.

- 4.4 Sendo aceitável a oferta de menor preço por item, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.
- 4.5 Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar com o proponente para que seja obtido melhor preço.
- 4.6 Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, será observado:
- 4.6.1 Como critério de desempate, será assegurada a preferência de contratação para a microempresa ou empresa de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% superiores á melhor proposta classificada na fase de lances:
- 4.6.2 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- 4.6.3 Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as MEs ou EPPs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 4.6.4 No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem 4.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;
- 4.6.5 Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos subitens 4.6.2 e 4.6.3, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 4.7 O procedimento previsto no subitem 4.6 somente será aplicado quando a melhor oferta inicial, apurada na fase de lances, não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 5 Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes.
- 6- Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá aos licitantes, exceto aos vencedores, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

### VIII – IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

- 1- Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar IMEDIATA E MOTIVADAMENTE a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar em contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Comissão Permanente de Licitação.
- 1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará a decadência do direito de recurso.
- 2 Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 3- O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## IX - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 1 A adjudicação do objeto licitado será feita de forma por ITEM, observado o disposto no presente processo licitatório.
- 2- Inexistindo manifestação recursal o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.
- 3- Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

## X - DA FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 1-O setor competente para receber e fiscalizar os procedimentos, objeto desta licitação, será a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
- 2- O licitante deverá no prazo máximo de 02 (dois) dias após a adjudicação, comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu, para a assinatura do Instrumento Contratual, objeto do presente Processo Licitatório.
- 3- A entrega dos equipamentos deverá ser de acordo com a requisição da Secretaria de Saúde e será feita de forma parcelada, o qual fiscalizará os medicamentos entregues.
- 4- Os equipamentos deverão ser entregues num prazo máximo de até 72 horas, após a requisição do órgão requisitante, e será entregue na sede da Secretaria de Saúde sem ônus para a Administração.
- 5- Os equipamentos que apresentarem defeito ou forem violados no transporte, fica a empresa vencedora de repor esses produtos num prazo máximo de 12 horas, sendo que o atraso resultará em multa e cancelamento do contrato.



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

#### **XI - PAGAMENTO**

- 1 O pagamento desta licitação será efetuado pela Prefeitura Municipal, pela Secretária de Finanças, e deverá ser pago até 30 dias mediante apresentação do documento fiscal correspondente.
- 2 Fica expressamente estabelecido que no pagamento acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, constituindo-se na única remuneração devida.
- 3- O pagamento será efetuado em até 30 dias após a apresentação da nota fiscal anexa ao requerimento da Secretaria de Saúde, requisitando o medicamento.
- 4 As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias Nº.

03001.1012200072.023 339030 (FICHA 376) 03002.1030100072.028 339030 (FICHA405)

### XII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 1 O adjudicatário que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado dos sistemas de cadastramento onde estiver inscrito, pelo prazo de até 5(cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.
- 2- Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:
- 2.1 0.3% (três décimos por cento) por dia, até o  $30^{\circ}$  (trigésimo) dia de atraso na entrega dos equipamentos;
- 2.2 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de a adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.
- 2.3 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com a conseqüente rescisão contratual;
- 2 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser paga por meio de guia própria, a Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.
- 3 As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

### XIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1 Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:
- 1.1 Anexo I Formulário para preenchimento e apresentação da proposta comercial;
- 1.2 Anexo II Modelo de Carta de Credenciamento;
- 1.3 Anexo III Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7°, da Constituição da República Federativa do Brasil, e ainda Declaração de que inexistem fatos impeditivos da ocorrência de sua habilitação;
- 1.4 Anexo IV Modelo de Declaração em cumprimento ao art. 4°, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17/02/2002;
- 1.5 Anexo V Minuta Contratual;
- 1.6 Anexo VI- Termo de Referencia
- 1.7 Anexo VII Declaração de inexistência de fato superveniente.
- 2 A Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu/MG reserva-se ao direito de rejeitar as propostas apresentadas ou revogar esta licitação por motivos supervenientes de justificável interesse público.
- 3 Das decisões da Comissão Permanente de Licitações caberá recurso no prazo estabelecido na Lei nº 8.666/93.
- 4 Não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital, nem preços ou vantagens baseadas em ofertas de outro licitante.
- 5 A revogação ou anulação do processo licitatório não gera direito de indenização a nenhum dos licitantes.
- 6 Decairá do direito de impugnar o edital ou parte dele o licitante que, tendo-o aceito sem objeção venha a apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese que não será considerada para efeito de recurso.
- 7 A apresentação da proposta implica plena e total aceitação das condições deste instrumento convocatório, ficando automaticamente prejudicada a proposta que o contrarie.
- 8 Fica entendido que toda a documentação apresentada neste instrumento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e omita em outro, será considerado especificado e válido.
- 9 É de total responsabilidade do licitante todas as despesas tais como abastecimento e manutenção dos veículos taxas, encargos de qualquer natureza e quaisquer despesas administrativas incidentes nos preços apresentados na Licitação, inclusive obrigações e



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

encargos trabalhistas referentes aos seus empregados, manutenção de máquinas, e equipamentos utilizados na consecução do objeto.

- 10 A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Município de Santana do Manhuaçu e a terceiros, decorrente da execução dos serviços contratados, inclusive acidentes e mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o Município de todas as reclamações que surgirem. Deverão, contudo, informar imediatamente a Prefeitura sobre eventual ocorrência de quaisquer dos fatos citados.
- 11 A Prefeitura Municipal poderá prorrogar o prazo do contrato, havendo acordo entre as partes e depois de observado o artigo 57, da Lei 8.666/93, deverá ser realizado em termo aditivo devidamente motivado e aprovado pela Comissão Municipal de Licitação e contratos.
- 12 Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na sala da Comissão Permanente de Licitações, no horário de 13:00 às 16:00 horas, no endereço indicado no preâmbulo.
- 13 Fica eleito o foro desta Comarca de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

3	,
-	
	Joseane Caroline de Abreu Souza
	PREGOEIRA

Santana do Manhuacu / MG, 03 de Junho de 2020.



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

## PROCESSO 088/2020 – PREGÃO PRESENCIAL 018/2020

## ANEXO I- PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
01	MÁSCARA DUPLA FACE EM TNT	UNID	20.000			
02	AVENTAL EM TNT GRAMATURA DE 20 (TNT).	UNID	2.000			
03	MACACÃO DE PROTEÇÃO COM CAPUZ GRAMATURA DE 50 (TNT)	UNID	3.000			

**VALOR TOTAL:** 

Validade da Proposta:

Assinatura e carimbo CNPJ



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

### ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2020.

Pelo	presente	instrumento,	credenciamos	o(a)	Sr.(a)
reuniões requerer e interpo	relativas ao pro vistas de docum or recursos, assi todos os atos ne	ocesso licitatório aci nentos e propostas, n nar propostas come	ima referenciado, o q nanifestar-se em nom rciais, rubricar docun imento licitatório, a c	ual está aut e da empres nentos, assin	corizado a a, desistir nar atas e
	,	de	de 2020.		
Assinatu	ra do signatário	(Representante Lega	ıp.		



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

### **ANEXO III**

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 088/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2020.

<u>DECLARAÇÃO</u>
"inscrito no CNPJ no mo inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
* Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).
,, de de 2020.
Assinatura do representante legal
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

#### **ANEXO IV**

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2020 / PREGÃO Nº. 018/2020.

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DO EDITAL

Local e data

A Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu Santana do Manhuaçu – MG Pregão Presencial

Sr. Pregoeiro,

> Nome da Empresa Endereço CNPJ

 Assinatura do representante legal	



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

## ANEXO V – MINUTA CONTRATUAL

MINUTA DO CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 088/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2020 CONTRATO Nº/2020.
Contrato de Fornecimento Parcelado de Medicamentos que entre si celebram o Município de SANTANA DO MANHUAÇU-MG e
O MUNICÍPIO DE SANTANA DO MANHUAÇU - MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.385.146/0001-68, com sede administrativa na rua: Major Custodio nº 96 – Centro- Santana do Manhuaçu/MG, representado por sua Prefeita Municipal, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado a empresa
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
1 - Contratação de Empresa para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI's), para os profissionais da saúde, no combate à Pandemia do Corona Vírus (COVID-19), para o município de Santana do Manhuaçu/MG.
CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO
1 — Fundamenta-se tal contratação no Processo Licitatório nº 088/2020, Pregão Presencial nº 018/2020, de conformidade com as Leis 123/2006 e 8.666/93 e suas alterações.
CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR GLOBAL
1 - O pagamento desta licitação será efetuado pela Contratante Prefeitura Municipal, pela Secretária de Finanças, e deverá ser pago no prazo de até 30 dias mediante apresentação do documento fiscal, juntamente com a ordem de serviços fornecidas pelo setor de compras.
1.1-O pagamento será efetuado pela contratante num prazo de até 30 dias após a apresentação da nota fiscal anexa ao requerimento da Secretaria de Saúde, requisitando o medicamento de saúde e a ordem serem serviços emitida pelo setor de compras



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

1.2- O valor global é de R\$	(
------------------------------	---

## CLÁUSULA QUARTA: FISCALIZAÇÃO

- 1 O setor competente para receber e fiscalizar os procedimentos, objeto desta licitação, será a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
- 2 O licitante deverá no prazo máximo de 02 (dois) dias após a adjudicação, comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu, para a assinatura do Instrumento Contratual, objeto do presente Processo Licitatório.

## CLÁUSULA QUINTA: DOS PRAZOS

1 - O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de validade de 31 de Dezembro de 2020 após a data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57 da lei 8.666/93.

## CLÁUSULA SEXTA: DAS SANÇÕES

- 1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da adjudicatária/contratada, sujeitando-se às sanções previstas no artigo 87 da lei 8.666/93:
- 1.1 Advertência;
- 1.2 Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração conforme, disposto no inciso III, art. 87 da Lei 8.666/93;
- 1.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 2 É competente para aplicar as sanções de advertência e multa o Secretário de Administração e Fazenda.
- 3 A aplicação da declaração de inidoneidade é de competência do Prefeito Municipal, facultada a defesa do contratado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.
- 4 Na aplicação das penalidades previstas será facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 5 No caso de não atendimento ao objeto contratado, prevalecerão as seguintes multas:
- 5.1 0.3% (três décimos por cento) por dia, até o  $30^{\circ}$  (trigésimo) dia de atraso na execução dos serviços;



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

- 5.2- 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de a adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.
- 5.3 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com a conseqüente rescisão contratual;
- 6 O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser paga por meio de guia própria, a Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.
- 7 As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

# CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES GERAIS- RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE E CONTRATADO.

- 1 A Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu/MG, reserva -se o direito de revogar esta licitação por motivos supervenientes de justificável interesse público.
- 2 Responsabilidade do Contratado: É de total responsabilidade do licitante todas as despesas tais como abastecimento e manutenção dos veículos taxas, encargos de qualquer natureza e quaisquer despesas administrativas incidentes nos preços apresentados na Licitação, inclusive obrigações e encargos trabalhistas referentes aos seus empregados, manutenção de máquinas, e equipamentos utilizados na consecução do objeto.
- 3 Responsabilidade do Contratado: A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Município de Santana do Manhuaçu e a terceiros, decorrente da execução do objeto deste contrato, inclusive acidentes e mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o Município de todas as reclamações que surgirem. Deverão, contudo, informar imediatamente a Prefeitura sobre eventual ocorrência de quaisquer dos fatos citados.
- 4- Responsabilidade do Contratante: O setor competente para receber e fiscalizar os procedimentos, objeto desta licitação, será a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
- 5- Responsabilidade do Contratado: O licitante deverá no prazo máximo de 02 (dois) dias após a adjudicação, comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu, para a assinatura do Instrumento Contratual, objeto do presente Processo Licitatório.
- 6- Responsabilidade do Contratante: A Contratada ficará responsável pela entrega dos medicamentos que deverá ser de acordo com a requisição da Secretaria de Saúde e será feita de forma parcelada, o qual fiscalizará os equipamentos.
- 7- Responsabilidade do Contratado: Os equipamentos deverão ser entregues num prazo máximo de até 72 horas, após a requisição do órgão requisitante, e será entregue na sede da Secretaria de Saúde sem ônus para a Administração.



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

- 8- Responsabilidade do Contratado: A contratada ficará responsável pelos equipamentos com defeito, ou forem violados no transporte, fica a empresa vencedora de repor esses medicamentos num prazo máximo de 24 horas, sendo que o atraso resultará em multa e cancelamento do contrato.
- 9- Responsabilidade do Contratante: Ficará responsável pelo pagamento de acordo com a cláusula terceira deste contrato.

### CLÁUSULA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1 - As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias Nº.:

03001.1012200072.023 339030 (FICHA 376)

03002.1030100072.028 339030 (FICHA405)

#### CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO

- 1 A rescisão do presente contrato poderá ser:
- 1.1 Determinada por ato motivado da Administração, após processo regular assegurado a contraditório e ampla defesa, nos casos do artigo 78, inciso I, XII e XVII e § Único do referido artigo da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações;
- 1.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- 1.3 Judicial, nos termos da legislação;
- 1.4 Nos casos de rescisão do contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

- 1 Fica eleito o foro da Comarca de Manhuaçu MG, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este contrato, com renuncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.
- 2 E, por estarem assim justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença de duas testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu/MG c	le	de 2020
Contratante	Contratada	
Prefeita Municipal	Empresa X	
Testemunhas:		
NOME:		
CPF:		



CNPJ: 18.385.146/0001-68

NOME:	
CPF:	



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

## ANEXO VI- TERMO DE REFERÊNCIA

- 1 A Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu/MG, reserva -se o direito de revogar esta licitação por motivos supervenientes de justificável interesse público.
- 2 É de total responsabilidade do licitante todas as despesas tais como abastecimento e manutenção dos veículos taxas, encargos de qualquer natureza e quaisquer despesas administrativas incidentes nos preços apresentados na Licitação, inclusive obrigações e encargos trabalhistas referentes aos seus empregados, manutenção de máquinas, e equipamentos utilizados na consecução do objeto.
- 3 O licitante vencedor assumirá integral responsabilidade por danos causados ao Município de Santana do Manhuaçu e a terceiros, decorrente da execução do objeto deste contrato, inclusive acidentes e mortes, perdas ou destruições parciais ou totais, isentando o Município de todas as reclamações que surgirem. Deverão, contudo, informar imediatamente a Prefeitura sobre eventual ocorrência de quaisquer dos fatos citados.
- 4- O setor competente para receber e fiscalizar os procedimentos, objeto desta licitação, será a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
- 5- O licitante deverá no prazo máximo de 02 (dois) dias após a adjudicação, comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Santana do Manhuaçu, para a assinatura do Instrumento Contratual, objeto do presente Processo Licitatório.
- 6- A Contratada ficará responsável pela entrega dos equipamentos que deverá ser de acordo com a requisição da Secretaria de Saúde e será feita de forma parcelada, o qual fiscalizará os materiais médicos e hospitalares.
- 7- Os equipamentos deverão ser entregues num prazo máximo de até 72 horas, após a requisição do órgão requisitante, e será entregue na sede da Secretaria de Saúde sem ônus para a Administração.
- 8- A contratada ficará responsável pelos equipamentos que apresentarem defeito, ou forem violados no transporte, fica a empresa vencedora de repor esses os materiais médico e hospitalares num prazo máximo de 24 horas, sendo que o atraso resultará em multa e cancelamento do contrato.



CNPJ: 18.385.146/0001-68

Rua: Major Custódio, 96 - Centro - CEP 36.940-000 - Fone: (33) 3373-1149

### ANEXO VII DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA HABILITAÇÃO

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 088/2020 / PREGÃO Nº. 018/2020.

## **DECLARAÇÃO**

	inscrita	no	CNPJ	N'
, DEC	CLARA, sob as penas	da lei, q	ue até a pre	esente
data inexistem fatos impeditivos para s os requisitos de HABILITAÇÃO estab da obrigatoriedade de declarar ocorrênc	pelecidos no presente			
	de	de 202	20.	